



PMEPC 2011

Município de Carrazeda de Ansiães

Abril de 2011

Versão Preliminar

Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil

Promovido Por:



Financiado por:



Elaborado por:



Ficha Técnica

Realização



Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,
Nº 11, 3º B, Taguspark
2740-120 Porto Salvo - Portugal



Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães
Praça. do Município
5140-087 Carrazeda de Ansiães

Promovido Por:



Financiado por:



Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana

Direcção do Projecto

Manuel Miranda

Equipa Técnica

Susana Seramota

Câmara Municipal

Presidente

José Luís Correia

Vereador da Protecção Civil

Adalgisa Maria Capela Rodrigues Barata.

Município, E.M., S.A.	
Coordenação e Direcção do Projecto	Nelson Mileu
Gestão do Projecto	Frederico Antunes
Equipa Técnica	Miguel Bana e Costa
Equipa Técnica	Helder Murcha
Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos	Alberto Gomes
Caracterização do território e Avaliação de riscos	Laura Soares
	Carlos Delgado
	Ana Carina
	Inês Marafuz

Índice

PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO	13
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO	14
3. OBJECTIVOS GERAIS	16
4. ENQUADRAMENTO LEGAL	16
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	17
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	17
6.1. <i>PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</i>	18
6.2. <i>PNPOT – Planos Sectoriais</i>	21
6.2.1. PROF Douro – Plano Regional de Ordenamento Florestal	21
6.2.2. PBH Douro – Plano da Bacia Hidrográfica do Douro	22
6.3. <i>PEOT- Planos Especiais</i>	25
6.3.1. POAA – Planos de Ordenamento do Território de Albufeiras de Águas Publicas – Albufeiras da Régua e do Carrapatelo	25
6.3.2. PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	26
6.3.3. POM – Plano Operacional Municipal	26
6.4. <i>PIMOT – Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território</i>	27
6.4.1. PIOTADV – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro	27
6.5. <i>PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território</i>	28
6.5.1. PDM – Plano Director Municipal	28
6.5.2. PP – Plano Pormenor da zona de apoio oficial e artesanal de Carrazeda de Ansiães	29
7. ACTIVAÇÃO DO PLANO	29
7.1. <i>Competências para a activação do Plano</i>	29
7.2. <i>Critérios para a activação do Plano</i>	31
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS	34
PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA	36
1. CONCEITO DE ACTUAÇÃO.....	37
1.1. <i>Centros de Coordenação Operacional</i>	40
1.1.1. Sistema de Gestão das Operações	40
1.1.2. Funções na estrutura da organização:	43
1.1.3. Teatro de Operações:.....	48
2. EXECUÇÃO DO PLANO	49
2.1. <i>Fase de emergência</i>	50
2.2. <i>Fase de reabilitação</i>	56
3. ARTICULAÇÃO E ACTUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES.....	61
3.1. <i>Missão dos agentes de Protecção Civil</i>	65
3.1.1. Fase de emergência	66
3.1.2. Fase de reabilitação	68
3.2. <i>Missão dos organismos e entidades de apoio</i>	69
3.2.1. Fase de emergência	69
3.2.2. Fase de reabilitação	73
PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	78
1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	79
2. LOGÍSTICA.....	81
2.1. <i>Apoio Logístico às Forças de Intervenção</i>	83
2.2. <i>Apoio Logístico às populações</i>	85
3. COMUNICAÇÕES.....	88
3.1. <i>Rede Operacional de Bombeiros (ROB)</i>	89
3.2. <i>Rede Estratégica de Protecção Civil (REPC)</i>	91
3.3. <i>SIRESP</i>	92
3.4. <i>Organização das comunicações</i>	92
3.5. <i>Organização interna das comunicações do município</i>	94
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO	94

4.1.	<i>Gestão da Informação às entidades e agentes envolvidos nas acções de socorro</i>	95
4.2.	<i>Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as acções de socorro e reabilitação;</i>	97
4.3.	<i>Gestão da Informação Pública:</i>	97
5.	PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	99
6.	MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	103
7.	SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	104
8.	SOCORRO E SALVAMENTO	106
9.	SERVIÇOS MORTUÁRIOS	109
10.	PROTOCOLOS	112
PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR		113
SECÇÃO I		114
1.	ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL	114
1.1.	<i>Estrutura de Protecção Civil</i>	115
1.1.1.	Direcção Política	116
1.1.2.	Coordenação Política	117
1.1.3.	Órgãos de Execução	121
1.2.	<i>Estrutura das Operações</i>	124
1.2.1.	Comando Operacional	124
1.2.2.	Coordenação Institucional	126
2.	MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL	130
2.1.	<i>Composição, convocação e competências da comissão de Protecção Civil</i>	130
2.2.	<i>Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta, contingência ou calamidade</i>	131
2.2.1.	Situação de Alerta	131
2.2.2.	Situação de Continência	132
2.2.3.	Situação de calamidade	133
2.3.	<i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i>	136
2.3.1.	Monitorização	137
2.3.2.	Alerta	141
2.3.3.	Aviso	142
SECÇÃO II		144
1.	CARACTERIZAÇÃO GERAL	144
2.	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	146
2.1.	<i>Condições Climáticas</i>	146
2.2.	<i>Orografia</i>	150
2.3.	<i>Declives</i>	153
2.4.	<i>Exposição de vertentes</i>	155
2.5.	<i>Hidrografia</i>	157
2.6.	<i>Ocupação do solo</i>	160
2.7.	<i>Geologia</i>	164
3.	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	169
3.1.	<i>Dinâmica demográfica e distribuição da população</i>	169
3.1.1.	Evolução e variação da população residente	171
3.1.2.	Estrutura da população por grupos etários e por sexo	174
3.1.3.	Taxa de analfabetismo	178
3.2.	<i>Dinâmica económica</i>	179
3.2.1.	Sectores de actividade	180
3.3.	<i>Caracterização do parque habitacional</i>	182
3.3.1.	Alojamentos e núcleos familiares	183
3.3.2.	Dimensão do parque habitacional e época de construção	184
4.	CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS	186
4.1.	<i>Rede Rodoviária</i>	186
4.2.	<i>Povoamento/edificado</i>	188
4.3.	<i>Rede de abastecimento de água</i>	188

4.4.	<i>Rede de saneamento</i>	189
4.5.	<i>Rede eléctrica</i>	189
4.6.	<i>Rede de Gás</i>	190
4.7.	<i>Rede de telecomunicações</i>	190
4.8.	<i>Pontos de distribuição de combustíveis</i>	191
4.9.	<i>Centros de saúde/equipamentos sociais</i>	191
4.10.	<i>Estabelecimentos de ensino/equipamentos desportivos</i>	192
4.11.	<i>Instalações dos agentes de protecção civil, entidades e organismos de apoio</i>	193
4.12.	<i>Instalações hoteleiras e similares</i>	195
4.13.	<i>Áreas industriais</i>	196
5.	CARACTERIZAÇÃO DO RISCO	199
5.1.	Identificação do Risco	202
5.1.1.	Ondas de Calor	202
5.1.2.	Vagas de Frio	205
5.1.3.	Nevões	206
5.1.4.	Ocorrência de geadas/Formação de gelo nas rodovias	213
5.1.5.	Cheias progressivas	216
5.1.6.	Cheias e Inundações rápidas	217
5.1.7.	Secas	220
5.1.8.	Sismos	221
5.1.9.	Movimento de Massa em Vertentes	225
5.1.10.	Acidentes graves de tráfego rodoviário	228
5.1.11.	Acidentes no transporte de mercadorias perigosas	230
5.1.12.	Colapso de túneis e pontes	232
5.1.13.	Ruptura de barragens.....	233
5.1.14.	Acidentes em instalações de combustíveis	235
5.1.15.	Incêndios em edifícios	236
5.1.16.	Incêndios florestais	237
5.2.	Análise do Risco	246
5.2.1.	Ondas de Calor	248
5.2.2.	Vagas de Frio	249
5.2.3.	Nevões	249
5.2.4.	Geadas	250
5.2.5.	Cheias progressivas	251
5.2.6.	Cheias e inundações rápidas	252
5.2.7.	Secas	253
5.2.8.	Sismos	253
5.2.9.	Movimento de Massa em Vertentes	254
5.2.10.	Acidentes graves de tráfego rodoviário	255
5.2.11.	Acidentes no transporte de mercadorias perigosas	255
5.2.12.	Colapso de túneis e pontes	256
5.2.13.	Ruptura de barragens.....	256
5.2.14.	Acidentes em instalações de combustíveis	257
5.2.15.	Incêndios em edifícios	257
5.2.16.	Incêndios florestais	259
5.3.	Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco	260
5.3.1.	Instrumentos que concorrem para a mitigação dos Riscos.....	260
5.3.2.	Legislação específica para a mitigação dos Riscos	260
5.3.3.	Projectos ou programas integrados destinados a mitigar os riscos	261
5.3.4.	Planos de Ordenamento do Território	265
6.	CENÁRIOS	266
6.1.	<i>Cenário Hipotético de Incêndio Florestal</i>	266
6.2.	<i>Cenário Hipotético de movimentos de vertente</i>	275
6.3.	<i>Cenário Hipotético de Vagas de Frio/Calor</i>	278
6.3.1.	Vagas de Frio.....	278
6.3.2.	Onda de Calor	281
7.	CARTOGRAFIA (EM ANEXO)	286
	SECÇÃO III	287
1.	INVENTÁRIO DE RECURSOS E MEIOS	287

2.	LISTA DE CONTACTOS	289
3.	MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES	297
4.	MODELOS DE COMUNICADOS	297
5.	LISTA DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO	297
6.	LISTA DE EXERCÍCIOS DO PLANO	298
7.	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO	298
8.	LEGISLAÇÃO	298
9.	BIBLIOGRAFIA	302
10.	GLOSSÁRIO	306

Índice de Esquemas

ESQUEMA 1 - ORGANOGRAMA OPERACIONAL	49
ESQUEMA 2 - GRUPOS OPERACIONAIS	62
ESQUEMA 3 - GRUPOS OPERACIONAIS	83
ESQUEMA 4 - PROCESSO LOGÍSTICO DE APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	84
ESQUEMA 5 - ESQUEMA LOGÍSTICO DE APOIO ÀS POPULAÇÕES.....	86
ESQUEMA 6 - ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES	90
ESQUEMA 7 - ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES.....	93
ESQUEMA 8 - ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO.....	94
ESQUEMA 9 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – INCÊNDIO FLORESTAL.....	274
ESQUEMA 10 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – MOVIMENTO DE VERTENTES.....	277
ESQUEMA 11 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – ONDAS DE CALOR/VAGAS DE FRIO.....	285

Índice de Figuras

FIGURA 1 - CARTA DE RISCOS – PNPOT	20
FIGURA 2 - SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES	41
FIGURA 3 - ZONAS DE INTERVENÇÃO	48
FIGURA 4 - ESTRUTURA NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL.....	116
FIGURA 5 - ESTRUTURA DA OPERAÇÕES DE PROTECÇÃO CIVIL	124
FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES NO CONTEXTO DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO.....	144
FIGURA 7 - ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	145
FIGURA 8 - HUMIDADE RELATIVA, ESTAÇÃO DE MIRANDELA (NORMAIS CLIMATOLÓGICAS, IM,1960-1990)	149
FIGURA 9 - FREQUÊNCIA MÉDIA DO VENTO (%) E VELOCIDADE MÉDIA DO VENTO KM/H) PARA A ESTAÇÃO DE MIRANDELA (FONTE: NORMAIS CLIMATOLÓGICAS 1961 – 90, IM)	150
FIGURA 10 - ELEMENTOS MORFOLÓGICOS FUNDAMENTAIS DO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	151
FIGURA 11 - VARIAÇÕES ALTIMÉTRICAS DAS UNIDADES MORFOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	151
FIGURA 12 - EXTRACTO DA CARTA NEOTECTÓNICA DE PORTUGAL (FONTE: RIBEIRO E CABRAL 1988)	167
FIGURA 13 - SEQUÊNCIA CONCEPTUAL E METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS. FONTE: JULIÃO ET AL, 2009.....	201
FIGURA 14- ZONAS CRÍTICAS DE INUNDAÇÃO AO LONGO DO RIO DOURO	217
FIGURA 15 - SIGNIFICADO E ABRANGÊNCIA DA TERMINOLOGIA ASSOCIADA AOS MOVIMENTOS DE INSTABILIDADE GEOMORFOLÓGICA. ADAPTADO DE ZÊZERE, 1997	225
FIGURA 16 - ÁREAS ARDIDAS EM PORTUGAL ENTRE 1990 E 2009.....	239
FIGURA 17 - NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA NO DISTRITO DE BRAGANÇA, ENTRE 1980 E 2009 (VALORES MÉDIOS). FONTE: AFN.....	240

FIGURA 18 - MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO.....	247
--	-----

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - GRÁFICOS TERMOPLUVIOMÉTRICOS DAS ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS DE PINHÃO (ALIJO) E FOLGARES (VILA FLOR).....	147
GRÁFICO 2- USOS DO SOLO DE NÍVEL 1 NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES: PERCENTAGEM DA ÁREA TOTAL (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP)	161
GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DOS USOS DO SOLO DE NÍVEL 1 NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES: TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP)	162
GRÁFICO 4 - DENSIDADE POPULACIONAL DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, POR FREGUESIA (1991-2001)	170
GRÁFICO 5 - TENDÊNCIA EVOLUTIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (1864 – 2009)	172
GRÁFICO 6 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, POR FREGUESIA (1991 – 2001)	173
GRÁFICO 7 - COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES DE ENVELHECIMENTO (IE) DOS MUNICÍPIOS DO DOURO, RELATIVAMENTE AO VALOR MÉDIO OBSERVADO PARA PORTUGAL CONTINENTAL	174
GRÁFICO 8 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (IE), POR FREGUESIA, DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	175
GRÁFICO 9 - ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (IDI) E JOVENS (IDJ) NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, POR FREGUESIA (2001)	176
GRÁFICO 10 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (1991 E 2001). FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (CENSOS 1991 E 2001).....	177
GRÁFICO 11 - TAXA DE ANALFABETISMO (Ta), ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA (Eo) E ENSINO SUPERIOR (Es). FREGUESIAS DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (2001)	179
GRÁFICO 12 - TAXA DE ACTIVIDADE DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, POR FREGUESIA (1991 - 2001)	180
GRÁFICO 13 - POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (2001)	181
GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADE AO NÍVEL DA FREGUESIA (2001)	181
GRÁFICO 15 - NÚMERO DE EMPRESAS EM CARRAZEDA DE ANSIÃES, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DA CAE-VER.3 ...	182
GRÁFICO 16 - NÚCLEOS E ALOJAMENTOS FAMILIARES DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, POR FREGUESIA (2001). FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (CENSOS 1991 E 2001)	183
GRÁFICO 17 - EDIFÍCIOS SEGUNDO O Nº DE PAVIMENTOS, NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (2001). FONTE: BASE GEOGRÁFICA DE REFERENCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO (BGRI DE 2001)	184
GRÁFICO 18 - EDIFÍCIOS POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (2001). FONTE: BASE GEOGRÁFICA DE REFERENCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO (BGRI DE 2001)	185
GRÁFICO 19 - TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE FOLGARES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1981 E 1997	204
GRÁFICO 20 - NÚMERO DE INCÊNDIOS EM HABITAÇÕES NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES ENTRE 2008 E 2010	237
GRÁFICO 21 - TOTAL DE OCORRÊNCIAS E ÁREA ARDIDA (HA) ENTRE 1980 E 2006 NOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA.....	240
GRÁFICO 22 - NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E CORRESPONDENTE ÁREA ARDIDA POR TIPO DE OCUPAÇÃO NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, ENTRE 1981 E 2009	241
GRÁFICO 23 - NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E TOTAL DE ÁREA ARDIDA NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, ENTRE 1981 E 2009	241
GRÁFICO 24 - NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA POR FREGUESIA, ENTRE 1996 E 2009	242
GRÁFICO 25 - CAUDAIS DE PONTA DE CHEIAS HISTÓRICAS DO RIO DOURO	252
GRÁFICO 26 - PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO COM IDADE SUPERIOR A 65 ANOS E PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS COM IDADE SUPERIOR A 25 ANOS, POR FREGUESIA NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	258

Índice de Mapas

MAPA 1 – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	15
---	----

MAPA 2 - APOIO LOGÍSTICO - REUNIÃO DE VÍTIMAS MORTAIS	111
MAPA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA PRECIPITAÇÃO TOTAL NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (FONTE: DEVEAU, 1977)...	148
MAPA 4 - MODELO DIGITAL DE ELEVAÇÃO. MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	153
MAPA 5 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE DECLIVE SUPERIOR A 20º	154
MAPA 6 - DECLIVES. MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	155
MAPA 7 - EXPOSIÇÕES ÚMBRIAS DO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	156
MAPA 8 - EXPOSIÇÃO DE VERTENTES NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	157
MAPA 9 - REDE HIDROGRÁFICA DAS PRINCIPAIS BACIAS DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	159
MAPA 10 - CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (1990) DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	163
MAPA 11 - CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (2006) DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	164
MAPA 12 - CARTA GEOLÓGICA DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	168
MAPA 13 - DENSIDADE POPULACIONAL DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, POR FREGUESIA (1991 – 2001). FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (CENSOS 1991 E 2001); BGRI (2001)	171
MAPA 14 - REDE RODOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	187
MAPA 15 - DISTRIBUIÇÃO DO EDIFICADO NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	188
MAPA 16 - REDE ELÉCTRICA DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	190
MAPA 17 - LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.	191
MAPA 18 - CENTRO DE SAÚDE E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	192
MAPA 19 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	193
MAPA 20 - INSTALAÇÕES DOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL.....	194
MAPA 21 - PONTOS DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	195
MAPA 22 - LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HOTELEIRAS E SIMILARES.....	196
MAPA 23 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	197
MAPA 24 - REDE DE INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	198
MAPA 25 - IDENTIFICAÇÃO DOS LUGARES COM IDOSOS EM RISCO	205
MAPA 26 - LANÇOS DAS RODOVIAS SUSCEPTÍVEIS À QUEDA DE NEVE NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (VISÃO GLOBAL).....	209
MAPA 27 - LANÇOS DAS RODOVIAS SUSCEPTÍVEIS À QUEDA DE NEVE, SEGUNDO FAIXAS DE ALTITUDE, NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	210
MAPA 28 - NÚMERO MÉDIO DE DIAS EM QUE PODE OCORRER GEADA NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (FONTE: ATLAS DIGITAL DO AMBIENTE, APA)	214
MAPA 29 - DURAÇÃO DA ÉPOCA DE GEADA NO ANO AGRÍCOLA (FONTE: ATLAS DIGITAL DO AMBIENTE, APA)	215
MAPA 30 - SUSCEPTIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE GEADAS NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	216
MAPA 31 - SUSCEPTIBILIDADE A INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	219
MAPA 32 - SISMICIDADE HISTÓRICA E INSTRUMENTADA NA ÁREA TRANSMONTANA.....	223
MAPA 33 - SISMICIDADE HISTÓRICA E INSTRUMENTAL NA ÁREA TRANSMONTANA	224
MAPA 34 - SUSCEPTIBILIDADE A MOVIMENTOS DE VERTENTES DO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	228
MAPA 35- LOCALIZAÇÃO DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS (GEORREFERENCIADOS) OCORRIDOS NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (2004-2008, FONTE: CDOS BRAGANÇA).....	230
MAPA 36 - DISTRIBUIÇÃO DAS PONTES E VIADUTOS NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	233
MAPA 37 - REDE HIDROGRÁFICA E ALBUFEIRAS NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	235
MAPA 38- POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	236
MAPA 39 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS ARDIDAS NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (1991-2008, FONTE: AFN)...	244
MAPA 40 - CARTA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL (FONTE: PMDFCIS, CANSIÃES)	245
MAPA 41 - LANÇOS DE ESTRADA SUSCEPTÍVEIS À OCORRÊNCIA DE GEADAS NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	251
MAPA 42- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE A INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS À SUBSECÇÃO NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	259
MAPA 43 - SITAC – CENÁRIO DE INCÊNDIO FLORESTAL	271

Índice de Tabelas

TABELA 1 - ÂMBITO E TIPOLOGIA DO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	18
TABELA 2 - ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO PNPOT	19

TABELA 3 - OBJECTIVOS ESPECÍFICOS COMUNS DO PROF	21
TABELA 4 - OBJECTIVOS DO PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO.....	24
TABELA 5 - OBJECTIVOS DO PLANO DE ORDENAMENTO DAS ALBUFEIRAS DA RÉGUA E CARRAPATELO	25
TABELA 6 - OBJECTIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	26
TABELA 7 - MEDIDAS E ACÇÕES DO PIOTADV	28
TABELA 8 - OBJECTIVOS DO PDM	28
TABELA 9 - OBJECTIVOS DO PP	29
TABELA 10 - MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ACTIVACÃO DO PLANO	30
TABELA 11 - MATRIZ DE RISCO - ACTIVACÃO DO PLANO	32
TABELA 12 - CRITÉRIOS PARA ACTIVACÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL	33
TABELA 13 - CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS	35
TABELA 14 - ORGANIZAÇÃO DA PROTECÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	39
TABELA 15 - COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO	45
TABELA 16 - ADJUNTOS DO COS.....	45
TABELA 17 - CÉLULAS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES	47
TABELA 18 - RESPONSÁVEIS DAS ESTRUTURAS NA CÉLULA DE COMBATE	47
TABELA 19 - ACÇÕES A DESENVOLVER - FASE DE EMERGÊNCIA	51
TABELA 20 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL	52
TABELA 21 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO	53
TABELA 22 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO.....	54
TABELA 23 - ACÇÕES A DESENVOLVER - FASE DE REABILITAÇÃO.....	56
TABELA 24 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL.....	57
TABELA 25 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICOS	58
TABELA 26 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO	59
TABELA 27 - AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL.....	61
TABELA 28 - ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO	61
TABELA 29 - CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL	62
TABELA 30 - GABINETE DE INFORMAÇÃO PÚBLICA	63
TABELA 31 - GRUPO DE SOCORRO E SALVAMENTO	63
TABELA 32 - GRUPO DE MANUTENÇÃO DA ORDEM E MOVIMENTAÇÃO DAS POPULAÇÕES	64
TABELA 33 - GRUPO DE SAÚDE E EVACUAÇÃO	64
TABELA 34 - GRUPO DE LOGÍSTICA	64
TABELA 35 - GRUPO DE APOIO TÉCNICO E EQUIPAMENTO	65
TABELA 36 - GRUPO DE GESTÃO DE VOLUNTÁRIOS E BENÉVOLOS.....	65
TABELA 37 - GRUPO DE RESERVA OPERACIONAL	65
TABELA 38 - TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA.....	67
TABELA 39 - TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTECÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO	69
TABELA 40 - TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA	73
TABELA 41 - TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO.....	77
TABELA 42 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	79
TABELA 43 - RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS	80
TABELA 44 - TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO.....	81
TABELA 45 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES	82
TABELA 46 - NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO.....	85
TABELA 47 - NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES	87
TABELA 48 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO DAS COMUNICAÇÕES.....	88
TABELA 49 - REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS.....	89
TABELA 50 - FREQUÊNCIAS ROB, CANAIS DE COORDENAÇÃO	90
TABELA 51 - FREQUÊNCIAS ROB, CANAIS DE MANOBRA, COMANDO E TÁCTICOS	91
TABELA 52 - FREQUÊNCIAS REPC.....	91
TABELA 53 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	95
TABELA 54 - INFORMAÇÃO A SER CEDIDA ÀS ENTIDADES E AGENTES ENVOLVIDOS NAS ACÇÕES DE SOCORRO	96
TABELA 55 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER CEDIDA ÀS ENTIDADES E AGENTES ENVOLVIDOS NAS ACÇÕES DE SOCORRO	96

TABELA 56 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS ACÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO	97
TABELA 57 - INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA PELA POPULAÇÃO	98
TABELA 58 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA PELOS DIVERSOS ACTORES	99
TABELA 59 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	100
TABELA 60 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	101
TABELA 61 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	103
TABELA 62 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO À MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	104
TABELA 63 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	105
TABELA 64 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO AOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	106
TABELA 65 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO	107
TABELA 66 - MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES	108
TABELA 67 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO AO SOCORRO E SALVAMENTO	109
TABELA 68 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE ACÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS	110
TABELA 69 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO AOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS	112
TABELA 70 - OBJECTIVOS E DOMÍNIOS DE ACTUAÇÃO DA PROTECÇÃO CIVIL	114
TABELA 71 - PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL.....	115
TABELA 72 - DIRECÇÃO POLÍTICA	117
TABELA 73 - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL.....	119
TABELA 74 - COMISSÃO DISTRITAL DE PROTECÇÃO CIVIL.....	120
TABELA 75 - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	121
TABELA 76 - MISSÕES E ATRIBUIÇÕES DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL	122
TABELA 77 - COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTECÇÃO CIVIL	123
TABELA 78 - COMPETÊNCIAS DO COMANDO NACIONAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO	125
TABELA 79 - COMPETÊNCIAS DO CENTRO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO	125
TABELA 80 - COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL.....	126
TABELA 81 - ATRIBUIÇÕES DOS CCO.....	127
TABELA 82 - CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL NACIONAL	128
TABELA 83 - CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL DISTRITAL	129
TABELA 84 - COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC.....	129
TABELA 85 - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	130
TABELA 86 - DEFINIÇÃO DE ACIDENTE GRAVE E CATÁSTROFE	131
TABELA 87 - COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA	132
TABELA 88 - COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA.....	133
TABELA 89 - COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE	135
TABELA 90 -DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS DE SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO	136
TABELA 91 - AVISOS EMITIDOS PELO INSTITUTO DE METEOROLOGIA	137
TABELA 92 - CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS, PARA VENTOS, PRECIPITAÇÃO, NEVE, TROVOADA, NEVOEIRO, TEMPO QUENTE, TEMPO FRIO E AGITAÇÃO MARÍTIMA	138
TABELA 93 - CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS PARA AS TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS.....	139
TABELA 94 - NÍVEIS DE ALERTA E RESPECTIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO	141
TABELA 95 - MEIOS DE DIFUSÃO DE AVISOS À POPULAÇÃO	143
TABELA 96 - FREQUÊNCIA MÉDIA DO VENTO SEGUNDO A DIRECÇÃO PARA A ESTAÇÃO DE MIRANDELA (FONTE: NORMAIS CLIMATOLÓGICAS 1961 – 90, IM)	149
TABELA 97 - ÁREA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	160
TABELA 98 - USO DO SOLO (NÍVEL 1) NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP)	160
TABELA 99 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (1991 – 2001).....	175
TABELA 100 - COBERTURA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOMICILIÁRIA DE ÁGUA (2002)	189
TABELA 101 - TAXAS DE COBERTURA (VÁRIAS).....	189
TABELA 102 - PERIGOS PASSÍVEIS DE AFECTAREM O MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	201
TABELA 103 - DESCRIÇÃO DOS VÁRIOS TIPOS DE RISCO	202
TABELA 104 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE FOLGARES	204

TABELA 105 – VALORES DE TEMPERATURA MÍNIMA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE FOLGARES	206
TABELA 106 - NOTÍCIAS DE JORNAL REFERENTES A NEVÕES IMPORTANTES OCORRIDO NO DISTRITO DE BRAGANÇA	208
TABELA 107 - ESTRADAS AFECTADAS PELA QUEDA DE NEVE NO MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES.....	212
TABELA 108 - EXTENSÃO DOS LANÇOS DE ESTRADAS NACIONAIS E MUNICIPAIS SUSCEPTÍVEIS À FORMAÇÃO DE GELO NO PISO	215
TABELA 109 - OCORRÊNCIA DE CHEIAS REPENTINAS MOTIVADAS POR TROMBAS DE ÁGUA NA ÁREA DE TRÁS-OS-MONTES..	218
TABELA 110 - ACIDENTES COM MORTOS E/OU FERIDOS GRAVES	229
TABELA 111 - ACIDENTES E VÍTIMAS – CARRAZEDA DE ANSIÃES	229
TABELA 112 - RELATÓRIOS DE ACIDENTES POR DISTRITO	231
TABELA 113- DADOS SOBRE AS BARRAGENS DO MUNICÍPIO	234
TABELA 114 - NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA NOS PAÍSES DO SUL DA EUROPA.....	238
TABELA 115 - GRAU DE PROBABILIDADE.....	246
TABELA 116 - GRAU DE GRAVIDADE	247
TABELA 117 - MATRIZ DE RISCO PARA O TERRITÓRIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	248
TABELA 118 - CHEIA DE 1962. CAUDAIS MÁXIMOS NO TUA.....	252
TABELA 119 - CAUDAIS DE PONTA DE CHEIA NA FOZ DO TUA (AFLUENTE DO DOURO)	252
TABELA 120 - MEDIDAS GERAIS DE MITIGAÇÃO	261
TABELA 121 - MEDIDAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DE RISCO DE MITIGAÇÃO.....	265
TABELA 122 - ÂMBITO E TIPOLOGIA DO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	266
TABELA 123 - APC'S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE INCÊNDIO FLORESTAL	269
TABELA 124 - FITA DO TEMPO – CENÁRIO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	273
TABELA 125 - APC'S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DO MOVIMENTO DE VERTENTES	276
TABELA 126 - APC E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE UMA VAGA DE FRIO	279
TABELA 127 - APC E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE UMA ONDA DE CALOR.....	282

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Carrazeda de Ansiães (adiante designado abreviadamente por PMEPCCA) é um documento formal que define o modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Protecção Civil a nível municipal. Permite antecipar cenários susceptíveis e espectáveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCCA é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Carrazeda de Ansiães.

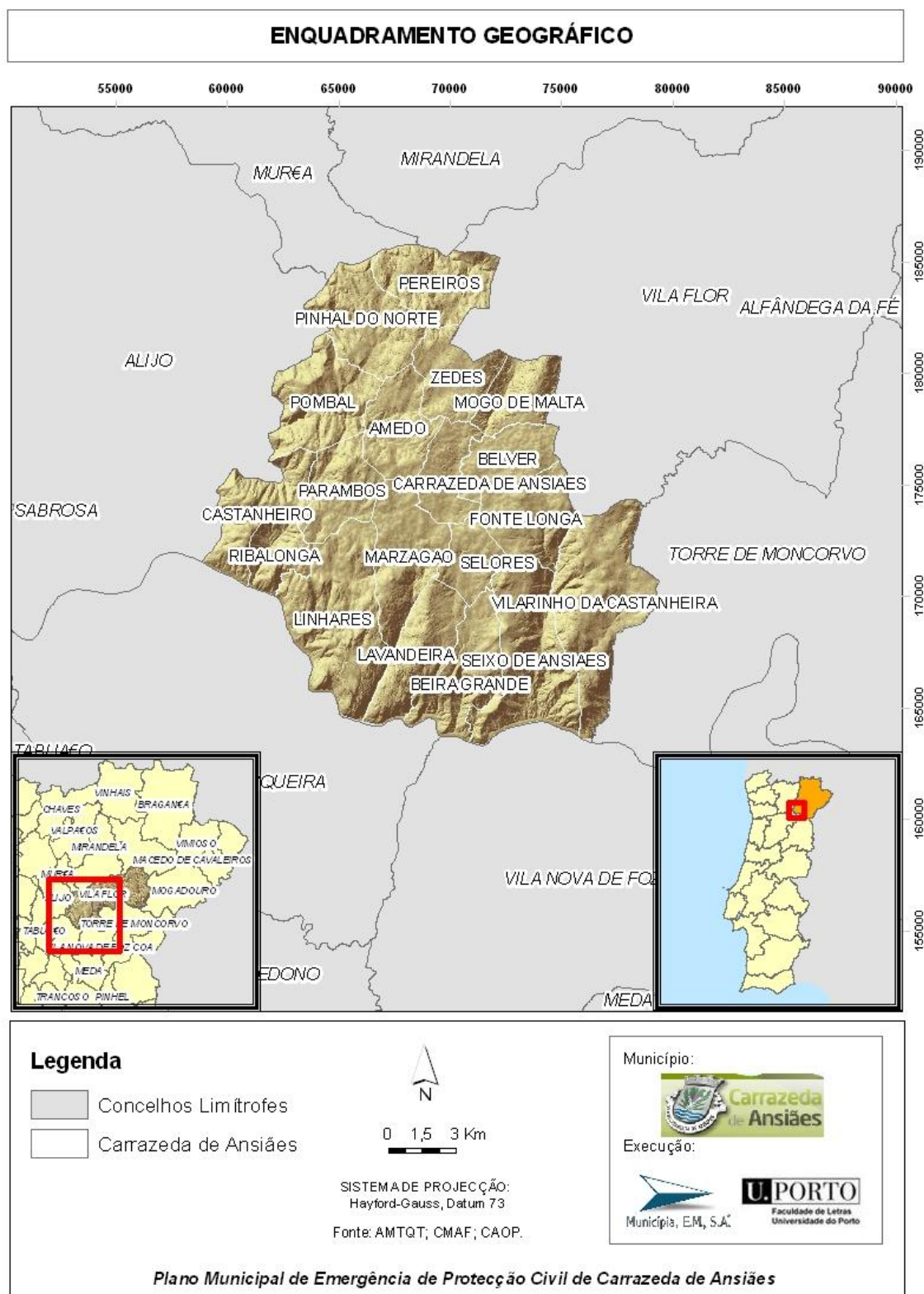
Este deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008 de 18 de Julho, no mínimo uma vez em cada dois anos, ou no caso de existirem alterações pertinentes resultantes dos exercícios utilizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que se podem manifestar a qualquer altura, no entanto aquele, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, é destacado é o risco de Incêndio Florestal.

O director do PMEPCCA é o Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, José Luís Correia ou na sua ausência, o seu legítimo substituto, a vice-presidente da Câmara Municipal, Adalgisa Maria Capela Rodrigues Barata.

2. Âmbito de aplicação

Sendo o PMEPCCA um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Carrazeda de Ansiães, ou seja, uma área total de 279,25 km², correspondendo às suas 19 freguesias (Amedo, Beira Grande, Belver, Carrazeda de Ansiães, Castanheiro, Fontelonga, Lavandeira, Linhares, Marzagão, Mogo de Malta, Parambos, Pereiros, Pinhal do Norte, Pombal, Ribalonga, Seixo de Ansiães, Selores, Vilarinho da Castanheira e Zedes), Carrazeda de Ansiães é um dos concelhos do distrito de Bragança e um dos 19 municípios pertencentes à NUT III Douro.



Mapa 1 – Enquadramento Territorial

O PMEPPCA tem como objectivo, fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos Naturais (Nevoeiros; Geadas; Nevões; Ondas de Calor; Ondas de Frio; Secas; Cheias e inundações urbanas; Cheias e inundações progressivas; Sismos; Movimentos de massa em vertente); Tecnológicos

(acidentes rodoviários, ferroviários, fluviais e aéreos; acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas; colapso de túneis, pontes e outras infra-estruturas; cheias e inundações por ruptura de barragens; acidentes em áreas e parques industriais; acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes; acidentes em estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos; incêndios em centros históricos e em edifícios de elevada concentração populacional) ou Mistos (incêndios florestais; degradação e contaminação de aquíferos e degradação e contaminação de águas superficiais e erosão hídrica).

3. Objectivos gerais

Os objectivos gerais a que o PMEPCCA se propõe, são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Protecção Civil;
- Definir a unidade de direcção, coordenação e comando das acções a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as acções de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de acções de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de auto-protecção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei nº 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases de Protecção Civil
- Lei nº53/2008, de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna

- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de protecção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto de Lei nº134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS).

Legislação Específica

- Resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil;
- Declaração da Comissão Nacional de Protecção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio – Estado de alerta especial para as organizações integrantes no Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS);

5. Antecedentes do Processo de Planeamento

A historicidade de acontecimentos resultantes do processo de planeamento de emergência, está resumida á inexistência de qualquer documento similar ao agora elaborado.

Importa referir, embora possam ter ocorrido exercícios ocasionais no âmbito do plano, não existe um registo histórico de exercícios no âmbito do planeamento de emergência ao nível municipal.

6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos que podem ocorrer devido à manifestação dos riscos existentes no município de Carrazeda de Ansiães. Um uso cuidado e correcto do solo, aliado á diminuição da vulnerabilidade, ou seja minimização da exposição de pessoas e bens, poderá potenciar o sucesso das políticas de protecção civil.

De seguida demonstrar-se-á os instrumentos de planeamento e ordenamento territorial existentes no município, esquematizando através do seu âmbito de aplicação e da sua tipologia.

Tabela 1 - Âmbito e tipologia do planeamento e ordenamento do território

6.1. PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Tal como disposto no ponto 2 do artigo 1º da Lei nº58/2007 de 4 de Setembro, *O PNPOT é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia a Tabela de referência a consolidar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.*

As principais orientações estratégicas consideradas a nível do PNPOT são:

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Orientações estratégicas

- Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos;
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação dos cidadãos e das instituições.

Tabela 2 - Orientações estratégicas do PNPOT

O PNPOT estabelece os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de planos de ordenamento e consoante os objectivos e critérios de cada tipo de plano, das áreas de perigosidade, dos usos compatíveis nessas áreas e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.

De realçar, a existência da carta seguinte, onde são explanados os diversos riscos existentes em território de Portugal continental. Ficando assim clarificado a incidência dos principais riscos que possam afectar o município.

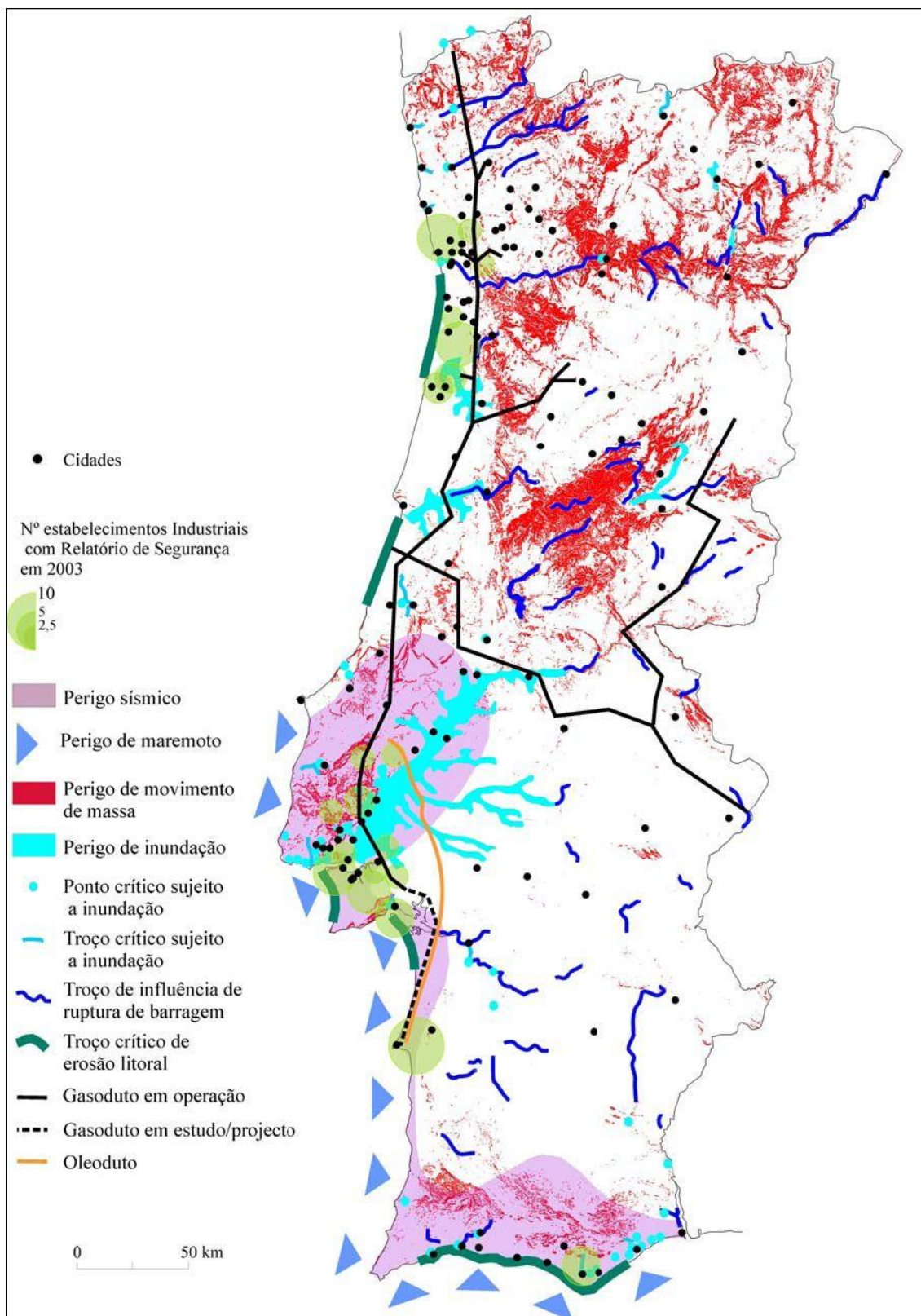


Figura 1 - Carta de Riscos – PNPOT

6.2. PNPOT – Planos Sectoriais

6.2.1. PROF Douro – Plano Regional de Ordenamento Florestal

Tal como disposto no ponto 1 do artigo 1º do Decreto Regulamentar nº4/2007 de 22 de Janeiro, Os *Planos Regionais de Ordenamento Florestal*, são instrumentos de política sectorial, que incidem sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, de forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

São objectivos específicos comuns deste plano:

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal	
Objectivos Específicos Comuns	• Diminuir o número de ignições de incêndios florestais; • Diminuir a área queimada; • Reabilitação de ecossistemas florestais; • Proteger os valores fundamentais de solo e da água; • Salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico; • Melhoria da qualidade paisagística dos espaços florestais; • Promoção do uso múltiplo da floresta; • Potenciar a biodiversidade dos espaços florestais; • Recuperação de galerias ripícolas; • Monitorização da vitalidade dos espaços florestais; • Estabelecimento de medidas preventivas contra agentes bióticos; • Recuperação de áreas ardidas; • Beneficiação de espaços florestais; • Aumento da diversidade da composição dos povoamentos dos espaços florestais; • Promoção do uso múltiplo da floresta; • Redução das áreas abandonadas; • Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada; • Aumentar a incorporação de conhecimentos técnicos e científicos na gestão; • Consolidação da actividade florestal, nomeadamente: ○ Profissionalização da gestão florestal; ○ Incremento de área de espaços florestais sujeitos a gestão profissional; ○ Promover a implementação de sistemas de gestão florestal sustentável e sua certificação; ○ Promover a diferenciação e valorização dos espaços florestais através do reconhecimento prestado pela certificação; • Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais; • Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

Tabela 3 - Objectivos Específicos Comuns do PROF

Sendo este um município onde a principal preocupação se prende com a existência de condições propícias ao despoletar de incêndios florestais, o PROF do Douro garante políticas de gestão de combustíveis, nomeadamente uma rede de defesa da floresta (RDFCI), integrando as seguintes componentes:

- Redes de faixas de gestão de combustível;
- Mosaico de parcelas de gestão de combustível;
- Rede viária florestal;
- Rede de pontos de água;
- Rede de Vigilância e detecção de incêndios;
- Rede de infra-estruturas de apoio ao combate.

Colocando assim ao dispor das estruturas de Protecção Civil e do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, instrumentos capazes de concorrer para a mitigação de Incêndios Florestais.

6.2.2.PBH Douro – Plano da Bacia Hidrográfica do Douro

O Plano de Bacia Hidrográfica do Douro, a par dos restantes planos de bacia hidrográfica dos rios internacionais, reveste-se da componente sectorial, dos recursos hídricos, constituindo-se como instrumento fundamental, dinâmico e adequado à gestão das bacias hidrográficas.

Neste sentido, este documento, para além de se constituir como referência ao cumprimento da legislação nacional e comunitária, constitui ainda, a primeira abordagem integrada dos nossos recursos hídricos, fornecendo informação, sistematizando objectivos e recursos de uma forma inteligível para a generalidade dos cidadãos, fornecendo aos responsáveis políticos um conjunto fundamentado de sugestões e orientações tendo em vista a tomada de decisões mais correctas no domínio dos recursos hídricos. Em consonância com o atrás referido são estabelecidos, de acordo com o estabelecido no artigo 6º do Plano de Bacia Hidrográfica do Douro (Decreto regulamentar nº19/2001, de 10 de Dezembro), os seguintes objectivos:

PBHD – Plano de Bacia Hidrográfica do Douro

Constituem objectivos gerais do Plano:

- Protecção das águas e controlo da poluição:
 - Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano;
 - Assegurar o nível de atendimento nos sistemas de drenagem e tratamento dos efluentes, nomeadamente os domésticos com soluções técnica e ambientalmente adequadas, concebidas de acordo com a dimensão dos aglomerados e com as infra-estruturas já existentes e com as características de meio receptor;
 - Promover a recuperação e o controlo da qualidade dos meios hídricos

Objectivos

- superficiais e subterrâneos, no cumprimento da legislação nacional e comunitária, nomeadamente através do tratamento e da redução das cargas poluentes e da poluição difusa;
- Gestão da procura (abastecimento de água às populações e actividades económicas):
 - Assegurar a gestão sustentável e integrada das origens subterrâneas e superficiais;
 - Assegurar a quantidade de água necessária, na origem, visando o adequado nível de atendimento no abastecimento às populações e o desenvolvimento das actividades económicas;
 - Promover a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas ou da reutilização da água;
- Protecção da natureza
 - Promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas, assegurando o bom estado físico e químico e a qualidade biológica, nomeadamente através da integração da componente biótica nos critérios de gestão da qualidade da água;
 - Promover a definição de caudais ambientais e evitar a excessiva artificialização do regime hidrológico, visando garantir a manutenção dos sistemas aquáticos, fluviais, estuarinos e costeiros;
 - Promover a preservação e/ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária e, nomeadamente, das áreas classificadas, das galerias ripícolas e do estuário;
- Protecção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição
 - Promover a adequação das medidas de gestão em função das disponibilidades de água, impondo restrições ao fornecimento, em situação de seca e promovendo a racionalização dos consumos através de planos de contingência;
 - Promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e estabelecimento de cartas de risco de inundação e promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos;
 - Promover o estabelecimento de planos de emergência, em situação de poluição accidental, visando a minimização dos efeitos;
- Valorização social e económica dos recursos hídricos
 - Promover a classificação das massas de água em função dos respectivos usos, nomeadamente as correspondentes às principais origens de água para produção de água potável existentes ou planeadas;
 - Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de actividades de recreio, para a pesca ou navegação, para extracção de inertes e outras actividades, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais;
 - Promover a valorização económica dos recursos hídricos, privilegiando os empreendimentos de fins múltiplos;

	• Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico ○ Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, às actividades nas albufeiras e nos troços em que o uso não seja compatível com os objectivos de protecção e valorização ambiental dos recursos; ○ Promover a definição de directrizes de ordenamento, visando a protecção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e, de uma forma mais geral, das galerias ripícolas, dos troços mais degradados e do estuário; ○ Promover a elaboração dos Planos de Ordenamento das Albufeiras (POA) existentes e previstos e a adequação quer dos Planos de Ordenamento das Albufeiras (POA) quer dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) tendo em conta as orientações decorrentes do Plano de Bacia; • Quadro normativo e institucional ○ Assegurar a simplificação e racionalização dos processos de gestão da água e os necessários ajustamentos do quadro institucional; ○ Promover a melhoria da coordenação intersectorial e institucional, nomeadamente nos empreendimentos de fins múltiplos; ○ Promover a gestão integrada do estuário, visando a sua valorização social, económica e ambiental; ○ Assegurar a implementação da Convenção de Albufeira e da Directiva-Quadro da Água (Directiva n.º 2000/60/CE); • Sistema económico-financeiro ○ Promover a aplicação dos princípios utilizador-pagador e poluidor-pagador; • Outros objectivos (participação das populações e aprofundamento do conhecimento sobre recursos hídricos) ○ Promover a monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água de superfície e subterrâneas; ○ Promover a obtenção contínua de informação sistemática actualizada relativa a identificação do meio receptor e promover a estruturação e calibração do modelo geral de qualidade de água da bacia portuguesa, integrando a poluição pontual e difusa, assim como toda a rede hidrográfica principal, os aquíferos e as albufeiras; ○ Promover o estudo e investigação aplicada, criando e mantendo as bases de dados adequadas ao planeamento e a gestão sustentável dos recursos hídricos; ○ Promover a participação das populações através da informação, formação e sensibilização para as necessidades de proteger os recursos e o meio hídrico.
--	---

Tabela 4 - Objectivos do Plano de Bacia Hidrográfica do Douro

6.3. PEOT- Planos Especiais

6.3.1. POAA – Planos de Ordenamento do Território de Albufeiras de Águas Públicas – Albufeiras da Régua e do Carrapatelo

O Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo, adiante designado, abreviadamente, por POARC, é um plano especial de ordenamento do território (PEOT), de acordo com o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, e constitui o instrumento definidor das actividades e acções de ocupação, uso e transformação do solo e de uso do plano de água na área territorial definida por área de intervenção no artigo seguinte.

POAA – Planos de Ordenamento do Território de Albufeiras de Águas Públicas – Albufeiras da Régua e do Carrapatelo

Objectivos

- A definição de regras de utilização do plano de água e das zonas de protecção das albufeiras por forma a valorizar os recursos do leito e margens durienses, reforçando o Douro como elemento de projecção regional;
- A maximização do uso do recurso de água e zonas de protecção no sentido de diversificar a estrutura produtiva da região duriense numa óptica de desenvolvimento sustentável, através da gestão racional dos recursos naturais, da protecção do meio ambiente e da correcta implantação e instalação das diferentes actividades produtivas, de recreio e de lazer;
- A compatibilização dos usos e das actividades existentes e das propostas, a criar e instalar, com a protecção e valorização ambiental e com as finalidades primárias das albufeiras, defendendo a diversidade da paisagem e preservando a imagem cénica representada pela bacia visual do Douro;
- A definição de estratégias de actuação, conjugando as acções e actividades das entidades públicas e privadas que participam na utilização e valorização da área de intervenção;
- A promoção do usufruto da área de intervenção, estabelecendo, sem prejuízo dos usos primários, os usos secundários para as albufeiras da Régua e do Carrapatelo, tendo em consideração as especificidades próprias e as capacidades de carga do meio ambiente;
- A identificação nos planos de água das áreas mais adequadas para a prática de actividades recreativas e de lazer, disciplinando as respectivas compatibilidades e complementaridades;
- A criação de infra-estruturas recreativas e de lazer, assegurando a melhoria da qualidade da água;
- A articulação das orientações do POARC com as demais orientações de ordenamento do território estabelecidas em instrumentos próprios para a área de intervenção.

Tabela 5 - Objectivos do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo

6.3.2.PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) incorpora todo um conjunto de medidas necessárias à implementação de políticas associadas à defesa da floresta contra um dos maiores riscos existentes no Município de Carrazeda de Ansiães, no caso, o risco de Incêndio Florestal. Este plano comporta acções a nível do planeamento, preparação, resposta e reabilitação do espaço florestal. Todos os pressupostos assentam numa base de cooperação entre os diversos agentes e organismos existentes e intervenientes na área territorial a que o plano diz respeito.

Este foi elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) e está em consonância com o plano, cuja abrangência é máxima, o Plano Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios e com o respectivo Plano Regional de Ordenamento Florestal.

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Objectivos	• Descrever e quantificar o perigo de ocorrência de incêndios florestais, no Concelho; • Conhecer as causas estruturais e conjunturais mais relevantes na origem dos incêndios; • Avaliar a eficácia dos meios de prevenção, detecção e combate existentes; • Elaborar uma proposta de acções práticas, devidamente detalhadas e quantificadas, que permitam melhorar a situação actual em termos de prevenção, detecção e combate, com vista à redução do número de incêndios e superfície de área ardida; • Fornecimento de uma cartografia actualizada e detalhada, onde estejam representadas as infra-estruturas de extrema utilidade numa situação de emergência.
-------------------	---

Tabela 6 - Objectivos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

De realçar que no Plano Municipal de Protecção Civil de Emergência do Município de Carrazeda de Ansiães, irá ser utilizada, de forma a uniformizar os conteúdos, a mesma metodologia utilizada no PMDFCI, para a cartografia de Perigosidade, Risco, Prioridades de Defesa, etc. Estando prevista esta utilização no guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal.

6.3.3.POM – Plano Operacional Municipal

De acordo com a legislação em vigor, a operacionalidade dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) para as acções de vigilância, detecção, fiscalização, 1.ª intervenção e combate no período crítico é concretizada através do Plano Operacional Municipal (POM), de actualização anual, que particulariza a execução dessas acções.

6.4. PIMOT – Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território

6.4.1.PIOTADV – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

O Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV) foi o primeiro plano intermunicipal de ordenamento do território a ser aprovado, em Dezembro de 2001. Com a classificação da Região do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural e pelo facto da Região Demarcada do Douro ser a mais antiga região vitivinícola demarcada e regulamentada do mundo, tornou-se peremptória a elaboração de um plano que permitisse proteger eficazmente o património considerado pela Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural como “valor universal excepcional”.

A Resolução do Conselho de Ministros nº. 150/2003, de 22 de Setembro, define as medidas e acções a desenvolver no âmbito do PIOTADV, no ponto 7.3.2.

PIOTADV – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

Medidas e Acções	• Ordenamento e gestão do território: ○ Apoio ao lançamento do Gabinete Técnico Intermunicipal; ○ Implementação e monitorização do PIOTADV; ○ Elaboração de planos de pormenor e de requalificação de aglomerados urbanos; ○ Levantamentos e estudos incidentes sobre o ADV; • Desenvolvimento agrícola sustentável: ○ Uso sustentável dos recursos produtivos e práticas agrícolas tradicionais; ○ Valorização das produções agrícolas complementares; • Qualificação e valorização da paisagem: ○ Manutenção e reconstrução de socacos; ○ Requalificação das novas formas de armação do terreno e reintrodução de bordaduras e consociações culturais; ○ Manutenção e valorização das matas e faixas ribeirinhas; ○ Integração na paisagem de armazéns e outras construções industriais isoladas; ○ Recuperação das zonas de deposição de lixo e entulho e de escombreciras; • Qualificação e valorização dos povoados e do património construído: ○ Recuperação do património vernacular; ○ Requalificação dos espaços públicos e pequenos aglomerados populacionais; ○ Construção de pequenas infra-estruturas e equipamentos colectivos; • Promoção e dinamização do território: ○ Apoio ao lançamento da associação promotora do ADV; ○ Concepção e edição de material promocional; ○ Programa de informação e divulgação do bem; ○ Programa de sensibilização e formação dos agentes locais.
------------------	---

Tabela 7 - Medidas e Acções do PIOTADV

6.5. PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território

6.5.1.PDM – Plano Director Municipal

O Plano Director Municipal de Carrazeda de Ansiães, segundo o artigo 6º do Título 1 do regulamento do mesmo constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2000 de 4 de Agosto, estabelece os principais Objectivos a que deve obedecer o referido plano.

PDM – Plano Director Municipal	
Objectivos	• Definir e estabelecer princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo; • Salvar e valorizar o património cultural e natural existente; • Promover e acautelar o desenvolvimento económico e social; • Servir de enquadramento à elaboração de planos de actividade do município; • Fornecer orientações para o planeamento municipal; • Salvar os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Tabela 8 - Objectivos do PDM

O Plano Director Municipal do município é datado de 1994, com alterações em 2000 e com uma rectificação em 2000.

6.5.2.PP – Plano Pormenor da zona de apoio oficial e artesanal de Carrazeda de Ansiães

Os planos de pormenor desenvolvem e concretizam propostas de organização espacial de qualquer área do território municipal, definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação do solo, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do PDM.

O Plano Pormenor da zona de apoio oficial e artesanal estabelece as condições de construção e utilização dos lotes de terreno destinados à instalação de unidades industriais, enquadrados na zona oficial e artesanal de Carrazeda de Ansiães.

PP – Planos de Pormenor	
Objectivos	Estabelece as condições de construção e utilização dos lotes de terreno destinados à instalação de unidades industriais, enquadrados na zona de apoio e artesanal de Carrazeda de Ansiães.

Tabela 9 - Objectivos do PP

Cumulativamente ao que acontece com os Planos de Urbanização, os Planos de Pormenor contribuem principalmente na diminuição da exposição humana ao nível da vulnerabilidade para uma diminuição do risco existente, nomeadamente quanto à prossecução da reabilitação das condições estruturais das infra-estruturas existentes, bem como o ordenamento necessário na área a que se aplica o plano.

Os planos de pormenor existentes no município resumem-se ao Plano Pormenor da zona de apoio oficial e artesanal, datado de 1992.

7. Activação do Plano

7.1. Competências para a activação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Protecção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete à Comissão Municipal de Protecção Civil do Município de Carrazeda de Ansiães a activação do PMEPPCA.

A activação do PMEPCCA pode ser, dependendo da complexidade da situação, deliberada com a presença do director do plano ou pelo seu substituto e contar com a presença de pelo menos mais 2 (dois) elementos, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC. A publicitação da activação do PMEPCCA será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da Activação do Plano		
Órgãos de Comunicação Social	Órgãos de Comunicação Social, de âmbito territorial considerado mais apropriado.	Exemplos: Jornais: • Diário Informativo • Mensageiro de Notícias • Voz do Nordeste • Semanário Transmontano • Notícias de Mirandela • O Comércio de Macedo • Negócios de Valpaços Rádios: • Rádio Torre de Moncorvo • Rádio Ansiães • Rádio Onda Livre • Rádio Terra Quente • Rádio São João da Pesqueira • Rádio Lamego – Voz do Douro • Rádio FM Alfândega Televisão: • Porto Canal
Sítio da internet	Página de Internet da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães	http://www.cm-carrazedadeansiaes.pt/
Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito.	
Sirenes e Megafones	Publicitação através de Sirenes e Megafones em viaturas designadas pelo director do plano.	Exemplos: Viaturas dos Bombeiros De Carrazeda de Ansiães; Viaturas da Guarda Nacional Republicana.

Tabela 10 - Meios de Publicitação da activação do Plano

A desmobilização operacional dos agentes de Protecção Civil envolvidos nas operações dependerá essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro; no entanto deverá partir de um entendimento entre este, o Director do Plano, o Comandante Operacional Municipal e o Serviço Municipal de Protecção Civil de Carrazeda de Ansiães, bem como a desactivação do PMECCA. A publicitação da sua desactivação será efectuada da mesma forma que a sua activação.

7.2. Critérios para a activação do Plano

Os critérios para a activação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, quer estas resultem em acidentes graves ou catástrofes, contudo a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação resultante da sua activação deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a activação do PMECCA, constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assim o processo de tomada de decisão da activação / desactivação do plano será sempre levada a cabo em função da decisão da Comissão Municipal de Protecção Civil.

Os critérios a serem tomados em conta serão:

Em primeira instância este deverá ser **activado** sempre que se declare a **situação de alerta** ao nível da parcela territorial do município a que o plano diz respeito. Concorrendo para o cumprimento do estabelecido no ponto 1 do artigo 15º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho.

Deverá ser também **activado** sempre que se declare a situação de **contingência**, tal como o disposto no ponto 2 do artigo 18º da Lei nº27/2006, e sempre que essa declaração de contingência se deva aos acontecimentos relativos às áreas abrangidas pelo plano.

Será também **activado** ou **não**, consoante o grau de risco existente, contemplado pela declaração da Comissão Nacional de Protecção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados o respectivo grau de gravidade e o grau de probabilidade.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade / frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflectem, na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser activado através dos seguintes pressupostos:

Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil

Matriz de Risco				
PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA		GRAVIDADE / INTENSIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRITICA
		Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
CONFIRMADA	Ocorrência real verificada.	ELEVADO - Activação	EXTREMO - Activação	EXTREMO - Activação
ELEVADA	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	ELEVADO - Activação	EXTREMO - Activação	EXTREMO - Activação
MÉDIA - ALTA	Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	MODERADO - Convocação prévia da Comissão Municipal de Protecção Civil e decisão perante reunião da mesma.	ELEVADO - Activação	ELEVADO - Activação
MÉDIA	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma em cada 100 anos.	BAIXO – Não activação	MODERADO – Não activação	MODERADO – Não activação

Tabela 11 - Matriz de Risco - Activação do Plano

Por último o plano será activado sempre que uma das condições presentes na Tabela 12 - Critérios para activação do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, se aplique.

		Critério
Área territorial afectada	Percentagem	20 %
Efeitos na população	Mortos	2
	Feridos	4
	Desalojados	5
	Desaparecidos	3
	Isolados	10
Danos nos bens e património	Habitações danificadas	Danos parciais ou totais que impossibilitem a sua utilização;
	Estruturas de Protecção Civil afectadas	Danos que não permitam a sua utilização.
	Monumentos ou infra-estruturas vitais destruídas	Danos que destruam por completo estas infra-estruturas.
Serviços e infra-estruturas	Suspensão do fornecimento de água	24h
	Suspensão do fornecimento de energia	24h
	Suspensão do fornecimento de telecomunicações	24h
	Corte de vias rodoviárias fundamentais	24h
Danos no ambiente	Descargas de matérias perigosas em aquíferos	Ponham em causa o ambiente, e / ou recursos essenciais (água, alimentos; etc.).
	Descargas de matérias perigosas no solo	Ponham em causa o ambiente, e / ou recursos essenciais (água, alimentos; etc.).
	Destruição de zonas florestais	Com duração superior a 4 horas
	Libertação de matérias perigosas para a atmosfera	Ponham em causa o ambiente, e / ou recursos essenciais (água, alimentos; etc.).
Características da ocorrência	Intensidade sísmica	Grau V (ESCALA MERCALLI)

Tabela 12 - Critérios para activação do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil

8. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e actualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, fazerem-se rotinas dos procedimentos a adoptar em situação real de emergência.

Tipologia de Risco	Data	Entidades a Envolver	Tipo de exercício (CPX ¹ ; LivEx ²)
Nevões; Ondas de Calor e Ondas de Frio	1º semestre de 2011	CDOS; SMPC; Bombeiros de Carrazeda de Ansiães; GIPS; Serviços de Saúde (Delegado de Saúde); Centro de Saúde; INEM; GNR; AFN, EDP; REN; Estradas de Portugal; Presidentes das Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social; CP – Caminhos de Ferro; REFER.	LivEx
	2º semestre de 2012		
Sismos	2º semestre de 2012	CDOS; SMPC; Bombeiros de Carrazeda de Ansiães; GIPS; Serviços de Saúde (Delegado de Saúde); Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Presidentes das Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social; CP – Caminhos de Ferro; REFER.	LivEx e CPX
	1º semestre de 2011		
Cheias e Inundações	1º semestre de 2011	CDOS; SMPC; Bombeiros de Carrazeda de Ansiães; GIPS; Serviços de Saúde (Delegado de Saúde); Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Autoridade Marítima; Presidentes das Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social; ICNB	LivEx e CPX
	2º semestre de 2012		
Movimentos de massa em vertentes	2º semestre de 2012	CDOS; SMPC; Bombeiros de Carrazeda de Ansiães; GIPS; Centro de Saúde; INEM; GNR; Estradas de Portugal; Presidentes das Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social; ICNB, CP – Caminhos de Ferro; REFER.	LivEx e CPX
	1º semestre de 2011		
Acidentes Rodoviários, Fluviais	1º semestre de 2011	CDOS; SMPC; Bombeiros de Carrazeda de Ansiães; Serviços de Saúde (Delegado de Saúde); Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Autoridade Marítima; Presidentes das Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social; CP – Caminhos de Ferro; REFER.	LivEx e CPX
	2º semestre de 2012		
Cheias e inundações por ruptura de barragens	2º semestre de 2012	CDOS; SMPC; Bombeiros de Carrazeda de Ansiães; Serviços de Saúde (Delegado de Saúde); Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Autoridade Marítima; Presidentes das	LivEx e CPX

1 Comand Post Exercise – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objectivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

2 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.

	1º semestre de 2011	Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social. CP – Caminhos de Ferro; REFER.	
Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional	1º semestre de 2011	CDOS; SMPC; Bombeiros de Carrazeda de Ansiães; GIPS; Serviços de Saúde (Delegado de Saúde); Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Presidentes das Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social.	LivEx e CPX
	2º semestre de 2012		
Incêndios Florestais	2º semestre de 2012	CDOS; SMPC; Bombeiros de Carrazeda de Ansiães; GIPS; Serviços de Saúde (Delegado de Saúde); Centro de Saúde; INEM; GNR; AFN, EDP; REN; Estradas de Portugal; Presidentes das Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social.	LivEx e CPX
	1º semestre de 2011		

Tabela 13 - Calendarização de exercícios